

# **GUARDA MUNICIPAL DE VITORIA**

NÍVEL MÉDIO TIPO 1 – BRANCA



## **SUA PROVA**

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



## **TEMPO**

- Você dispõe de **3 (três) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



## **NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



## **INFORMAÇÕES GERAIS**

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

## Conhecimentos Gerais

### Língua Portuguesa

1

As frases abaixo foram retiradas do romance *Iracema*, de José de Alencar.

Assinale a única em que o uso do acento grave é facultativo.

- (A) Caubi saiu para ir à sua cabana, que ainda não tinha visto depois da volta. Iracema foi preparar o moquéim da viagem.
- (B) Se ela não morresse, o jacarandá não teria sol para crescer àquela altura.
- (C) Ei-lo que volta à terra natal, abraça sua velha mãe, revê mais lindo e terno o anjo puro dos amores infantis.
- (D) Poti despediu-se triste daqueles lugares, e tornou com seus companheiros à borda do mar.
- (E) De repente, entre os ramos das árvores, seus olhos viram, sentada à porta da cabana, Iracema com o filho no regaço e o cão a brincar.

2

Uma das funções possíveis do advérbio é a modalização de discursos. Nesses usos, essa classe gramatical pode indicar atitude ou o estado psicológico com que o locutor se apresenta diante dos enunciados que produz.

Nos trechos a seguir, retirados do romance “Senhora”, de José de Alencar, assinale a opção em que se observa esta função do advérbio.

- (A) E lembrou-se quanto fora injusto duvidando da realidade desse casamento de que ali tinha a prova irrecusável.
- (B) Sr. Seixas arrependeu-se de não haver empregado melhor seu tempo.
- (C) Quando viesse a faltar-lhe a mãe, não estava infelizmente nas condições de receber o difícil encargo.
- (D) É certo que às vezes seu coração afagava uma esperança impossível.
- (E) Este sentimento, que apenas pronunciado ela repeliu com todas as forças de sua alma, deixou-lhe contudo um desgosto profundo.

3

Na conhecida frase “Ao persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado”, a circunstância expressa pela oração subordinada é a mesma observada em

- (A) ao contrário do que se previa, conseguiu concluir seus estudos.
- (B) quando você chegar ao fim da corda, dê um nó nela e segure-se.
- (C) ao amanhecer, cada gota de orvalho parece uma lágrima.
- (D) todo ser humano evolui à proporção que se esforça para isso.
- (E) você pode ser o que quiser, contanto que seja bom.

4

Em “A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida”, é correto afirmar que

- (A) *encontro* é uma palavra formada por derivação regressiva.
- (B) *do encontro* exerce o papel de um termo essencial da oração.
- (C) a segunda oração atribui uma relação de conformidade em relação à primeira.
- (D) *tanto desencontro* é um grupo nominal formado por adjetivo e substantivo.
- (E) o sujeito da segunda oração é *tanto desencontro*.

5

Observe os versos “Oh! Que saudade que eu tenho/Da aurora da minha vida/ Da minha infância querida/Que os anos não trazem mais!” e assinale a opção em que se destacou o pronome relativo.

- (A) Da minha infância querida.
- (B) Oh! Que saudade que eu tenho.
- (C) Da aurora da minha vida.
- (D) Que os anos não trazem mais.
- (E) Oh! Que saudade que eu tenho.

6

Em *Sermão do Mandato*, padre Antônio Vieira diz: “O amor fino não busca causa nem fruto. Se amo, porque me amam, tem o amor causa; se amo, para que me amem, tem fruto: e amor fino não há de ter porquê, nem para quê”.

Assinale a alternativa que melhor explica a argumentação contida no trecho.

- (A) Há uma argumentação sustentada por meio de analogias.
- (B) Recorre-se aos fatos para se buscar o convencimento.
- (C) Chega-se à conclusão por meio de lógica implicativa.
- (D) A persuasão ocorre a partir de um pensamento indutivo.
- (E) Questionam-se as premissas para se obter uma conclusão verdadeira.

7

No romance “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, Machado de Assis escreve “Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis; nada menos”.

Sobre esta frase, é *inadequado* afirmar que

- (A) há uma reflexão sarcástica sobre a natureza do amor de Marcela.
- (B) existe uma crítica sobre os interesses financeiros na relação amorosa.
- (C) o uso da preposição *durante* reforça a ironia no trecho por ter sido usado para medir, além do tempo, quantia.
- (D) o verbo no passado revela a inexistência de um lamento sobre o fim do relacionamento.
- (E) há uma avaliação pragmática do narrador em relação à sua experiência amorosa.

8

Assinale a alternativa em que o uso da vírgula se justifica pelo mesmo motivo que em “as soluções para a crise são de longo prazo e seus caminhos, complexos”.

- (A) A vida não é um problema a ser resolvido, mas uma realidade a ser experimentada.
- (B) Eles preferem discutir política; nós, esporte.
- (C) Não basta conquistar a sabedoria, é preciso usá-la.
- (D) Em 1988, foi editada a Constituição Federal do Brasil.
- (E) Calmo e tranquilo, caminhou o condenado à forca.

9

Assinale a opção em que o *lhe* é adjunto adnominal.

- (A) Disse-lhe, senhor, mostra-nos o Pai.
- (B) Avisei-lhe o horário da prova.
- (C) Deixei-lhe sair à noite.
- (D) Entreguei-lhe a encomenda.
- (E) Roubaram-lhe as chaves.

10

Na linguagem literária, é comum o emprego de expressões com sentido conotativo, isto é, uma linguagem figurada, como se observa no trecho a seguir de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis: "Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei num trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos".

Podemos dizer que há o emprego de linguagem figurada na expressão.

- (A) "num trem da central um rapaz aqui do bairro", pois tal expressão utiliza-se de uma forma dêitica para apontar o local onde narrador e personagem se encontraram.
- (B) "conheço de vista e de chapéu", pois tal expressão sugere que o narrador e o personagem se reconhecem, mas não mantêm uma relação de proximidade entre si.
- (C) "uma noite destas", pois tal expressão é vaga e não demarca um tempo exato.
- (D) "falou da lua e dos ministros", pois tal expressão se configura como uma comparação entre os assuntos abordados no trem.
- (E) "sentou-se ao pé de mim", pois tal expressão indica o local exato onde o personagem se instalou.

## Raciocínio Lógico Matemático

11

Considere um quadrado de lados  $AB$ ,  $BC$ ,  $CD$  e  $DA$ . Um ponto  $E$  está sobre o lado  $BC$  de modo que  $\overline{BE}$  é menor que  $\overline{CE}$ .

É correto afirmar que

- (A)  $\overline{AE}$  é maior que  $\overline{DE}$ .
- (B)  $\overline{AB}$  é maior que  $\overline{AE}$ .
- (C)  $\overline{BD}$  é maior que  $\overline{DE}$ .
- (D)  $\overline{CE}$  é do mesmo tamanho que  $\overline{DE}$ .
- (E)  $\overline{BD}$  é do mesmo tamanho que  $\overline{AE}$ .

12

O desvio-padrão ( $\sigma$ ) é uma medida que denota a dispersão – ou seja, o espalhamento – dos dados de um conjunto com relação à sua média. Quanto maior o desvio-padrão, maior será a dispersão.

Considere os seguintes conjuntos de dados:

$$A = \{2, 4, 6, 8, 10\}$$

$$B = \{5, 5, 6, 7, 7\}$$

$$C = \{1, 3, 6, 9, 11\}$$

$$D = \{6, 6, 6, 6, 6\}$$

Com relação a esses conjuntos, é correto concluir que

- (A)  $\sigma_A < \sigma_B$
- (B)  $\sigma_B < \sigma_C$
- (C)  $\sigma_C < \sigma_D$
- (D)  $\sigma_A < \sigma_D$
- (E)  $\sigma_C < \sigma_A$

13

Um artigo teve seu preço reajustado ficando 20% mais caro. Um comprador consegue adquirir esse artigo com 5% de desconto sobre o preço reajustado, pagando, por ele, R\$ 79,80.

O preço do artigo antes do reajuste era um valor

- (A) menor que R\$ 65,00.
- (B) entre R\$ 65,00 e R\$ 75,00.
- (C) entre R\$ 75,00 e R\$ 85,00.
- (D) entre R\$ 85,00 e R\$ 95,00.
- (E) maior que R\$ 95,00.

14

Se a soma de 5 números inteiros positivos consecutivos dá resultado par, então, entre esses números

- (A) a maioria é ímpar.
- (B) o produto dos dois menores é ímpar.
- (C) o produto do maior com o menor é ímpar.
- (D) a soma de todos os pares é ímpar.
- (E) a soma de todos os ímpares é par.

15

Dois números serão escolhidos entre os elementos do conjunto  $\{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$ .

Se a soma desses dois números é 9, então

- (A) o menor deles pode ser 2.
- (B) o maior deles pode ser 4.
- (C) a diferença entre eles pode ser 2.
- (D) a diferença entre eles pode ser 1.
- (E) o produto entre eles pode ser ímpar.

16

A proposição "Todos as ruas da cidade de Vitória têm iluminação pública" é logicamente equivalente à proposição

- (A) "Se uma rua não tem iluminação pública, então não é rua da cidade de Vitória".
- (B) "Se uma rua tem iluminação pública, então é rua da cidade de Vitória".
- (C) "Se uma rua tem iluminação pública, então não é rua da cidade de Vitória".
- (D) "Se não é rua da cidade de Vitória, então não tem iluminação pública".
- (E) "Se não é rua da cidade de Vitória, então tem iluminação pública".

17

Há 5 dias, foi véspera do meu aniversário.

Se fiz aniversário no sábado, hoje é uma

- (A) segunda-feira.
- (B) terça-feira.
- (C) quarta-feira.
- (D) quinta-feira.
- (E) sexta-feira.

18

Em uma urna há 12 bolas. Algumas são brancas e as demais, pretas. Se uma bola for retirada aleatoriamente dessa urna, a probabilidade de que seja branca é igual a  $1/3$ .

Uma forma de fazer com que essa probabilidade aumente para  $1/2$  é

- (A) retirar da urna uma bola preta.
- (B) retirar da urna duas bolas pretas.
- (C) colocar mais 2 bolas brancas na urna.
- (D) colocar mais 3 bolas brancas na urna.
- (E) colocar mais 4 bolas brancas na urna.

19

Juros simples de 18% ao ano equivalem a juros simples trimestrais de

- (A) 6,0%.
- (B) 5,5%.
- (C) 5,0%.
- (D) 4,5%.
- (E) 4,0%.

20

Em um campeonato de tênis de mesa, há somente 6 competidores. Cada um deles jogará uma única vez com os demais. A quantidade total de jogos a serem disputados nesse campeonato é igual a

- (A) 11.
- (B) 12.
- (C) 15.
- (D) 30.
- (E) 36.

## Noções de Informática

21

Os dispositivos de entrada/saída permitem a interação do computador com o mundo exterior.

São exemplos de dispositivos de entrada/saída:

- (A) Mouse, memória RAM e processador.
- (B) Mouse, memória cache e microfone.
- (C) Mouse, teclado e registradores.
- (D) Mouse, impressora e microfone.
- (E) Mouse, impressora e processador.

22

Um sistema operacional é um conjunto de programas de software que gerenciam os recursos de hardware e fornecem serviços comuns para os aplicativos de software. Ele atua como uma interface entre o hardware do computador e os programas do usuário.

**Não** são exemplos das funcionalidades implementadas por um sistema operacional:

- (A) Gerência de processos e gerência de memória.
- (B) Gerência de dispositivos e gerência de arquivos.
- (C) Gerência de conteúdo e gerência de edição de texto.
- (D) Gerência de proteção e gerência de memória.
- (E) Gerência de arquivos e gerência de proteção.

23

O Windows 11 é a versão mais recente do sistema operacional desenvolvido pela Microsoft. Uma das características técnicas do Windows é fornecer diversos atalhos de teclado para o usuário.

Neste contexto, assinale a opção que permite que o usuário abra o painel de pesquisar no Windows 11, segundo sua documentação de suporte oficial.

- (A) Tecla do logotipo do Windows + V
- (B) Tecla do logotipo do Windows + ponto-e-vírgula (;)
- (C) Tecla do logotipo do Windows + S
- (D) Tecla do logotipo do Windows + H
- (E) Tecla do logotipo do Windows + Seta para a esquerda

24

Um sistema de arquivos é uma estrutura organizada de dados que é utilizada para armazenar, recuperar e organizar arquivos em um dispositivo de armazenamento permanente, como um disco rígido, uma unidade de estado sólido (SSD) ou um dispositivo de armazenamento em rede.

São exemplos de sistemas de arquivos

- (A) HTML e FAT.
- (B) HTTP e NTFS.
- (C) HTTP e FAT.
- (D) HTML e NTFS.
- (E) FAT e NTFS.

25

No Microsoft 365, dentro do aplicativo Word, é possível ajustar o espaçamento entre as linhas do documento.

Dentre as opções padrão disponíveis para o espaçamento entre linhas de uma parte do documento, incluem-se:

- (A) Simples e 1,5 linhas.
- (B) Simples e 1,75 linhas.
- (C) Duplo e 1,0 linha.
- (D) Duplo e Triplo.
- (E) Triplo e 1,0 linha.

26

O Microsoft 365 é uma plataforma de \_\_\_\_\_. Que contém alguns aplicativos de produtividade, como o \_\_\_\_\_ e o \_\_\_\_\_.

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas, na ordem apresentada.

- (A) Computação em nuvem; Windows; Excel.
- (B) Computação em nuvem; Word; Excel.
- (C) Computação em nuvem; Windows; Word.
- (D) Computação móvel; Windows; Teams.
- (E) Computação móvel; Windows; Word.

27

O LibreOffice é uma suíte de escritório poderosa; sua interface simples e suas ferramentas robustas ampliam sua criatividade e aumentam sua eficiência. Com várias aplicações integradas, o LibreOffice se destaca como a suíte de escritório de código aberto mais avançada disponível.

Qual dos seguintes componentes **não** faz parte do LibreOffice?

- (A) Base
- (B) Calc
- (C) Impress
- (D) Excel
- (E) Writer

**28**

Quando você cria uma tabela no Microsoft 365 Excel, o software automaticamente nomeia a tabela e cada cabeçalho de coluna dentro dela. Quando você adiciona fórmulas a uma tabela do Excel, esses nomes podem aparecer automaticamente à medida que você digita a fórmula e seleciona as referências de célula na tabela em vez de inseri-las manualmente.

Um exemplo do que o Excel pode fazer:

Em vez de usar referências explícitas a células

=Soma(C2:C7)

O Excel usa nomes de tabelas e colunas

=Soma(DeptoVendas[Valor das Vendas])

No Microsoft 365 Excel, essa combinação de nomes de tabelas e colunas é chamada

- (A) fórmula.
- (B) fórmula de matriz dinâmica.
- (C) referência cruzada.
- (D) referência estruturada.
- (E) documento mestre.

**29**

A segurança de um sistema de computação pode ser definida através de propriedades essenciais.

Assinale a opção que apresenta a propriedade que determina que apenas usuários autorizados podem modificar ou destruir os recursos do sistema.

- (A) Confidencialidade.
- (B) Disponibilidade.
- (C) Autenticidade.
- (D) Irrefutabilidade.
- (E) Integridade.

**30**

Mecanismos de proteção de acesso a sistemas e estações de trabalho referem-se às medidas implementadas para garantir que apenas usuários autorizados possam acessar recursos e informações em um sistema ou estação de trabalho.

O processo de verificação da identidade de um usuário, podendo envolver o uso de senhas, biometria ou tokens de segurança, é conhecido como

- (A) Autenticação.
- (B) Auditoria.
- (C) Firewall.
- (D) Antivírus.
- (E) Controle de acesso.

## Conhecimentos Específicos

### Noções de Direito Constitucional

**31**

Luiz, jornalista, preparou uma reportagem sobre a importância da Constituição Federal para a sociedade brasileira de uma forma geral, dando especial atenção, no seu texto, a um determinado fundamento da República Federativa do Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- (A) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (B) a prevalência dos direitos humanos.
- (C) a solução pacífica dos conflitos.
- (D) a igualdade entre os Estados.
- (E) a soberania.

**32**

João e Matheus, amigos de longa data, debatem sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, os quais são fruto de avanços civilizatórios ao longo do tempo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que

- (A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, em situação de desastre, para prestar socorro ou, ainda, por determinação judicial, nos períodos diurno e noturno.
- (B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida prévia autorização da autoridade competente.
- (C) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- (D) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo previsão legal em sentido contrário.
- (E) é livre a manifestação do pensamento, admitindo-se o anonimato.

**33**

Após completar dezoito anos de idade, Jonas, pretendendo ingressar no mercado de trabalho, resolveu analisar o texto constitucional, para conhecer os direitos dos trabalhadores.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é direito do trabalhador urbano e rural

- (A) a duração do trabalho normal não superior a doze horas diárias e sessenta horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- (B) a jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- (C) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em vinte e cinco por cento à do normal.
- (D) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- (E) o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.

**34**

Em uma palestra realizada no âmbito de uma universidade pública, Matheus, palestrante, leciona sobre as discussões e controvérsias acadêmicas atuais que versam sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios no Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei

- (A) municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (B) municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (C) estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (D) estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (E) federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

**35**

Roger, após ser eleito Prefeito do Município *Alfa*, busca informações, junto aos seus assessores, sobre temáticas que ingressam na competência material comum dos entes federativos, visando à implementação das suas promessas de campanha, tão logo seja empossado no cargo público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

- (A) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (B) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
- (C) organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei.
- (D) autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- (E) preservar as florestas, a fauna e a flora.

**36**

Jonas, parlamentar federal, percebeu que a sua base de eleitores anseia por mudanças no texto constitucional, motivo pelo qual o político passou a estudar as normas que regem as propostas de emenda à Constituição Federal, para, na medida do possível, atender ao seu eleitorado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a

- (A) proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- (B) Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República ou de qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (C) matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (D) emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.
- (E) Constituição não poderá ser emendada em ano de eleição geral ou municipal.

**37**

Em um local restrito e determinado do país, a ordem pública e a paz social estão gravemente prejudicadas, por força de calamidade de grandes proporções da natureza.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional

- (A) solicitar ao Supremo Tribunal Federal autorização para decretar o estado de sítio.
- (B) solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa.
- (C) solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.
- (D) decretar estado de defesa.
- (E) decretar estado de sítio.

**38**

João, após ser aprovado em um certame público, passou a ocupar um cargo público em uma instituição responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública no âmbito do Estado *Alfa*.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que João integra o (a)

- (A) Corpo de Bombeiros Militar.
- (B) Polícia Rodoviária Federal.
- (C) Polícia Militar.
- (D) Polícia Penal.
- (E) Polícia Civil.

39

Observe o seguinte caso hipotético: o Congresso Nacional aprovou uma lei, de natureza geral, sancionada pelo Presidente da República, que viola, materialmente, o texto da Constituição Federal, com inequívocos prejuízos à classe dos guardas municipais. Desta forma, o Procurador-Geral da República ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em face do texto normativo, impugnando-o.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a Ação Direta de Inconstitucionalidade será processada e julgada, originariamente, pelo

- (A) Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) Conselho Nacional de Justiça.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

40

Fred, após ser eleito Prefeito da cidade *Alfa*, que passa por um período de dificuldade financeira, orienta os seus assessores a lhe apresentarem um estudo sobre os regramentos constitucionais aplicáveis à fiscalização do Município. Busca-se, assim, evitar qualquer tipo de constrangimento à administração municipal por ocasião do exercício da atividade fiscalizatória pelas autoridades competentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) as contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, em cada ano, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- (B) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve semestralmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (C) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- (D) admite-se a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais em cidades que tenham mais de cem mil habitantes.
- (E) o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

## Noções de Direito Penal

41

Joana, logo após o parto da sua filha Maria, a asfixiou até a morte, ensejando a sua prisão em flagrante. Em sede de audiência de custódia, houve a conversão da prisão em preventiva. Deflagado o processo penal para apurar a conduta praticada, comprovou-se, em observância ao contraditório e à ampla defesa, que Joana agiu, à época dos fatos, sob a influência do estado puerperal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Joana responderá pelo crime de

- (A) lesão corporal seguida de morte.
- (B) homicídio qualificado.
- (C) homicídio simples.
- (D) feminicídio.
- (E) infanticídio.

42

Thomaz, após conhecer Luana em uma rede social, a convidou para um encontro. No dia dos fatos, sem que a convidada percebesse, Thomaz colocou uma substância entorpecente em sua bebida, ensejando o desmaio de Luana. Em assim sendo, aproveitando que a vítima foi reduzida à impossibilidade de resistência, o agente subtraiu o seu telefone celular e o seu relógio, evadindo-se na sequência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Thomaz responderá pelo crime de

- (A) estelionato simples.
- (B) furto privilegiado.
- (C) extorsão simples.
- (D) furto qualificado.
- (E) roubo simples.

43

Bernardo, guarda municipal na cidade *Alfa*, estava estacionando o seu automóvel, no interior do seu domicílio, ocasião em que Tício, mediante o emprego de uma faca, determinou que este entregasse os seus pertences. Nesse contexto, Bernardo sacou a sua pistola, com o porte regular, e efetuou um disparo de arma de fogo em detrimento de Tício, atingindo-o no ombro.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Bernardo **não** responderá por qualquer crime em razão do (da)

- (A) estado de necessidade, causa excludente da tipicidade.
- (B) legítima defesa, causa excludente da tipicidade.
- (C) estado de necessidade, causa justificante.
- (D) legítima defesa, causa justificante.
- (E) legítima defesa, causa dirimente.

**44**

Daniel, após ser aprovado nas provas objetiva e discursiva de um concorrido certame público, recebeu, da comissão examinadora, um documento, emitido pelo Estado *Alfa*, para preenchimento no contexto da sindicância da vida pregressa. Daniel verificou, então, que havia um campo indagando sobre eventuais processos penais em curso em detrimento do candidato. Desta forma, embora esteja respondendo, em juízo, pela prática do crime de importunação sexual, Daniel consignou, no documento, de que não teria qualquer pendência junto à Justiça Criminal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Daniel responderá pelo crime de

- (A) fraude em certame de interesse público.
- (B) falsificação de documento particular.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) falsidade ideológica.
- (E) falsa identidade.

**45**

Luiz reside em um condomínio composto por vinte casas idênticas. Em uma determinada ocasião, após um cansativo dia de trabalho, Luiz, no período noturno, acabou por ingressar no domicílio do seu vizinho, sem a concordância deste, acreditando, fortemente, de que se tratava da sua casa, em razão da identidade entre as construções.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Luiz

- (A) não responderá por qualquer crime, em razão do erro de proibição indireto.
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão do erro de proibição direto.
- (C) não responderá por qualquer crime, em razão do erro de tipo.
- (D) responderá pelo crime de violação de domicílio qualificado.
- (E) responderá pelo crime de violação de domicílio simples.

**46**

Após ser cientificado sobre a existência de uma investigação em curso em seu desfavor, Caio entrou em contato com João, amigo de longa data e advogado atuante na seara criminal, o qual lhe orientou tecnicamente, informando-o sobre os regramentos aplicáveis ao inquérito policial e os desdobramentos daí decorrentes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao Ministério Público, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
- (B) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (C) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, desde que não haja prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria.
- (D) depois de arquivado o inquérito policial, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial somente poderá desarquivá-lo se obtiver provas novas.
- (E) a autoridade policial assegurará, no inquérito, a publicidade inerente aos atos públicos, salvo decisão judicial em sentido contrário.

**47**

Hermes responde, em juízo, pela suposta prática do crime de roubo circunstanciado. Finda a instrução processual, o Ministério Público apresentou alegações finais, requerendo a condenação do acusado. Por sua vez, a defesa técnica postulou a absolvição do réu, por insuficiência probatória. Ao analisar o feito, o juízo verificou que consta do processo, apenas, os elementos informativos colhidos na investigação, além de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, todas produzidas durante a etapa do inquérito policial.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial,

- (A) não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, nem tampouco nas provas antecipadas. Por outro lado, a decisão judicial pode estar fundamentada em provas cautelares e não repetíveis.
- (B) não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, nem tampouco nas provas cautelares. Por outro lado, a decisão judicial pode estar fundamentada em provas não repetíveis e antecipadas.
- (C) não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, nem tampouco nas provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (D) não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- (E) podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, bem como nas provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.



48

Lucas, aluno de uma Faculdade de Direito, muito interessado na seara penal e processual penal, passou a se dedicar ao estudo das temáticas afetas à prisão, às medidas cautelares e à liberdade provisória. Em última análise, o aluno resolveu apresentar o seu trabalho de conclusão de curso sobre a matéria, recebendo diversos elogios da banca examinadora.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de dez dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo, e os casos de urgência ou de perigo deverão ser justificados e fundamentados em decisão que contenha elementos do caso concreto que justifiquem essa medida excepcional.
- (B) ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar, de prisão administrativa ou em virtude de condenação criminal confirmada em segunda instância, ainda que esteja pendente de recurso aos Tribunais Superiores.
- (C) as medidas cautelares serão decretadas pelo juiz de ofício, a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- (D) o juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- (E) no caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, deverá decretar a prisão preventiva do acusado.

49

Durante um encontro entre amigos de infância, todos formados em Direito, João, Delegado de Polícia, foi indagado sobre o dia-a-dia da atividade desempenhada. Desta forma, o agente público acabou por tecer comentários sobre a presidência do inquérito policial, atraindo a atenção de todos os presentes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de quinze dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada, poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, a qual deverá instaurar inquérito policial para apurar os fatos.
- (C) quando o fato for de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de cinco dias, se o indiciado estiver preso.
- (D) a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, enviando cópia dos autos ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído pelo indiciado.
- (E) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

50

Lucas, guarda municipal na cidade *Alfa*, pós-graduado em Direito Processual Penal, foi convidado a palestrar no curso de formação dos novos colegas sobre as regras aplicáveis à prisão em flagrante. A abordagem de Lucas, que mesclou temáticas teóricas com aspectos práticos, foi tida como essencial pelos agentes públicos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é **incorreto** afirmar que

- (A) da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- (B) imediatamente após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- (C) quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.
- (D) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (E) na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.

## Legislação

51

Em um determinado dia, João recebeu, em sua casa, a visita de um amigo de infância, o qual lhe afirmou que, por circunstâncias trágicas da vida, acabou por se envolver com o uso de substâncias ilícitas. Contudo, o indivíduo gostaria de ajuda especializada para se desintoxicar e abandonar o vício, prejudicial à sua saúde. Em assim sendo, João resolveu analisar, nos detalhes, a legislação brasileira que consagra regras para o tratamento do usuário ou dependente de drogas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), é correto afirmar que

- (A) a internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares e deverá ser obrigatoriamente autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação.
- (B) a internação, voluntária ou involuntária e as respectivas altas, deverão ser informadas, em no máximo vinte e quatro horas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização, por meio de sistema informatizado único.
- (C) a internação involuntária demandará fundamentação idônea do médico responsável pelo tratamento, nas hipóteses em que os recursos extra-hospitalares ainda se mostrarem suficientes.
- (D) a internação involuntária perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de trinta dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.
- (E) admite-se a realização da internação voluntária nas comunidades terapêuticas acolhedoras.

52

Joana, casada com Caio há cinco anos, resolveu procurar um advogado para se divorciar, de forma a pôr fim ao vínculo matrimonial, pois, em diversas ocasiões, Caio pratica, em seu detrimento, condutas caracterizadoras de calúnia, difamação e injúria.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é correto afirmar que Caio, ao caluniar, difamar e injuriar Joana, está cometendo uma violência

- (A) patrimonial.
- (B) psicológica.
- (C) sexual.
- (D) moral.
- (E) física.

53

João, brasileiro, residente e domiciliado em Vitória, no Espírito Santo, com 17 anos de idade, pretende viajar ao exterior para acompanhar a partida do time de futebol do seu coração, que enfrentará um grande rival em Buenos Aires, na Argentina. O adolescente, então, resolve conversar com os seus pais, presentes em sua vida, sobre o assunto.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é correto afirmar que João poderá realizar a viagem

- (A) se estiver na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.
- (B) sozinho, independentemente da concordância dos seus pais, dispensando-se, também, autorização judicial.
- (C) sozinho, desde que haja a autorização de um dos pais, dispensada a autorização do outro.
- (D) se estiver na companhia de ambos os pais, exigida, também, autorização judicial.
- (E) se estiver na companhia de um dos pais, dispensada a autorização do outro.

54

Caio respondeu, em juízo, pela prática de um determinado crime contra o meio ambiente. Finda a instrução processual, após a observância do contraditório e da ampla defesa, os autos foram conclusos para que o magistrado proferisse sentença. Em assim sendo, ao estudar o caso, Guilherme, juiz de direito, verificou que estava presente uma circunstância que atenuaria a pena a ser aplicada em detrimento do réu.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente), é uma circunstância que atenua a pena

- (A) o arrependimento do infrator, manifestado pela reparação de, ao menos, cinquenta por cento do dano, em cumprimento à determinação administrativa do órgão ambiental competente.
- (B) ter o agente cometido a infração no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais.
- (C) o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.
- (D) ter o agente cometido a infração em época de seca.
- (E) ter o agente cometido a infração à noite.

55

Em um determinado dia, José, agindo com dolo, com a capacidade psicomotora alterada, em razão da influência de álcool, participou, na direção de veículo automotor, em via pública, de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), é correto afirmar que José

- (A) não responderá, criminal e administrativamente, pela embriaguez ao volante e pela participação, na direção de veículo automotor, em via pública, de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, porquanto as condutas praticadas não são punidas pelo Código de Trânsito Brasileiro.
- (B) não responderá, criminalmente, pela embriaguez ao volante, tampouco pela participação, na direção de veículo automotor, em via pública, de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, porquanto as condutas praticadas caracterizam, apenas, infração administrativa.
- (C) responderá, criminalmente, pela embriaguez ao volante, mas não pela participação, na direção de veículo automotor, em via pública, de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, que se caracteriza, apenas, como infração administrativa.
- (D) responderá, criminalmente, pela participação, na direção de veículo automotor, em via pública, de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, mas não pela embriaguez ao volante, que se caracteriza, apenas, como infração administrativa.
- (E) responderá, criminalmente, pela embriaguez ao volante e pela participação, na direção de veículo automotor, em via pública, de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente.

56

João, agente público no âmbito do Município de Vitória, desobedeceu a ordem legal emanada do seu superior hierárquico, dando ensejo à deflagração de uma investigação, na esfera administrativa, para apurar a conduta perpetrada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Municipal nº 2.994/1982 (Institui o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de Vitória – Estatuto dos Funcionários Públicos), é correto afirmar que a desobediência às ordens superiores, válidas, constitui infração disciplinar punida com

- (A) cassação de aposentadoria.
- (B) disponibilidade.
- (C) repreensão.
- (D) suspensão.
- (E) demissão.

57

A Lei Municipal nº 9.851/2022 (Institui o Plano de Cargo, Carreira e Subsídio da Guarda Civil Municipal de Vitória) prevê que a progressão horizontal por merecimento será oportunizada anualmente para todos os servidores em exercício que preencherem os requisitos previstos, com interstício mínimo de quatro anos, entre cada progressão por merecimento. Demais disso, a legislação estabelece que a referida progressão somente se dará de acordo com a previsão orçamentária de cada ano, com a observância das limitações legais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Municipal nº 9.851/2022 (Institui o Plano de Cargo, Carreira e Subsídio da Guarda Civil Municipal de Vitória), é correto afirmar que, em caso de empate, será contemplado, para fins de progressão horizontal por merecimento, o servidor que, sucessivamente

- (A) estiver há mais tempo sem auferir progressão por merecimento; tiver maior tempo de serviço no cargo; obtiver a maior nota na avaliação de desempenho mais recente; e tiver maior idade.
- (B) estiver há mais tempo sem auferir progressão por merecimento; obtiver a maior nota na avaliação de desempenho mais recente; tiver maior tempo de serviço no cargo; e tiver maior idade.
- (C) obtiver a maior nota na avaliação de desempenho mais recente; estiver há mais tempo sem auferir progressão por merecimento; tiver maior tempo de serviço no cargo; e tiver maior idade.
- (D) obtiver a maior nota na avaliação de desempenho mais recente; tiver maior idade; tiver maior tempo de serviço no cargo; e estiver há mais tempo sem auferir progressão por merecimento.
- (E) obtiver a maior nota na avaliação de desempenho mais recente; tiver maior tempo de serviço no cargo; estiver há mais tempo sem auferir progressão por merecimento; e tiver maior idade.

58

Matheus, integrante da Guarda Municipal de Vitória, descobriu, por intermédio de amigos de profissão, que a legislação que versa sobre o regulamento disciplinar da instituição classifica o comportamento dos servidores em excelente, bom, insuficiente e mau. Desta forma, o referido agente público resolveu estudar a norma legal, para entender qual é o critério classificatório empregado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Municipal nº 6.035/2003 (Institui o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Quadro de Pessoal da Guarda Civil Municipal de Vitória), é correto afirmar que o comportamento do servidor da Guarda Civil Municipal de Vitória será considerado

- (A) mau, quando no período de doze meses tiver sofrido mais de duas penas de suspensão, acima de dez dias cada uma.
- (B) insuficiente, quando no período de vinte e quatro meses tiver sofrido até duas suspensões.
- (C) bom, quando no período de quarenta e quatro meses não tiver sofrido pena de suspensão.
- (D) excelente, quando no período de cinquenta meses não tiver sofrido qualquer punição.
- (E) bom, quando no período de trinta e seis meses não tiver sofrido pena de suspensão.

59

A Lei nº 13.022/2014, ao consagrar o Estatuto Geral das Guardas Municipais, estabelece que incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), é **incorreto** afirmar que

- (A) nos primeiros quatro anos de funcionamento, a guarda municipal poderá ser dirigida por profissional estranho a seus quadros, preferencialmente com experiência ou formação na área de segurança ou defesa social.
- (B) para ocupação dos cargos em todos os níveis da carreira da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo de cinquenta por cento para o sexo feminino.
- (C) os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade.
- (D) aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei.
- (E) deverá ser garantida a progressão funcional da carreira em todos os níveis.

60

A Administração Pública do Município *Alfa* realizou procedimento licitatório visando à celebração de um contrato de eficiência. No julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes, considerou-se, à luz do critério previsto no edital, a maior economia para a Administração, sendo certo que a remuneração do futuro contratado será fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é correto afirmar que o julgamento das propostas foi realizado de acordo com o critério

- (A) da melhor técnica ou conteúdo artístico.
- (B) do maior retorno econômico.
- (C) do maior desconto.
- (D) da técnica e preço.
- (E) do menor preço.

Realização

